

Pobreza e Segurança Alimentar no Brasil durante a Pandemia⁺

- **Em contraste com o resto da América Latina e Caribe, estima-se que a taxa de pobreza do Brasil tenha diminuído entre 2019 e 2020, de 20,6% para 13,1%.** O Auxílio Emergencial (AE), programa de transferência de renda lançado em abril de 2020, foi o principal impulsionador dessa queda. O benefício contemplou mais de 67 milhões de pessoas e o montante transferido foi mais do que suficiente para compensar as perdas econômicas das famílias na porção inferior da distribuição da renda.
- **No entanto, as estimativas de insegurança alimentar (IA) mostraram uma tendência oposta: insegurança grave e moderada aumentaram em 2020.** Esse aparente paradoxo pode ser explicado principalmente pela maneira como a pobreza e a IA são mensuradas: As estimativas de pobreza são baseadas em medidas de renda anualizadas, enquanto as de IA são baseadas na ocorrência de um evento, em que a perda repentina e não compensada de um emprego ou redução de benefícios (como do AE) pode se transformar na perda da capacidade de um domicílio obter alimentos no curto prazo.
- **Em 2021, tanto a pobreza como a IA podem ter aumentado.** Simulações sugerem que a pobreza tenha subido em 2021, chegando a 18,7%. Enquanto isso, cerca de 18% das famílias - entrevistadas em pesquisa feita no 3º trimestre de 2021 - relataram ter ficado sem comida devido à falta de recursos por pelo menos uma vez durante o mês que antecedeu a entrevista, o dobro da taxa pré-pandemia. A inflação de alimentos, a queda dos salários reais e a redução significativa do programa de AE são fatores afetando essa tendência.
- **A guerra na Ucrânia elevou as expectativas inflacionárias.** Dado o crescimento projetado de 0,7% do produto interno bruto (PIB) para 2022, não se espera que os rendimentos do trabalho sejam capazes de impulsionar os níveis de consumo das famílias. Soma-se a isso a eliminação completa do AE, fatores que podem fazer **pobreza e IA se deteriorarem ainda mais em 2022.**

A pandemia de COVID-19 desencadeou múltiplas crises no Brasil, na região da América Latina e Caribe e no mundo. Em 2020, estima-se que o produto interno bruto (PIB)¹ tenha caído 3,3% globalmente e 3,9% no Brasil. À medida que os rendimentos das famílias caíram, uma consequência esperada foi um agravamento simultâneo dos indicadores de bem-estar - incluindo aumentos da pobreza e da desigualdade.

Embora tenha havido um aumento geral da pobreza e da desigualdade na América Latina e nos países do Caribe durante o ano de 2020 (Banco Mundial 2021a), a taxa de pobreza brasileira diminuiu. As estimativas sugerem que a pobreza caiu entre 2019 e 2020, de 20,6% para 13,1%.² Esse achado aparentemente contraintuitivo - reproduzido em projeções anteriores por outros estudos utilizando fontes alternativas de dados³ - é atribuído à implementação de um programa emergencial de

⁺Esta nota foi elaborada por Gabriel Lara Ibarra e Ricardo Campante C. Vale.

¹ Com base em dados do Fundo Monetário Internacional World Economic Outlook Growth Projections (acessado em 22 de julho de 2021), <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>.

² Com base na linha de pobreza de US\$ 5,50 (paridade de poder de compra de 2011) por dia. Banco Mundial (2022).

³ Ver Indio (2020) e *Folha de S.Paulo* (2021). Notavelmente, as fontes disponíveis podem fornecer apenas uma imagem parcial da renda familiar (a PNAD-Contínua trimestral tem apenas dados de renda do trabalho) ou não são completamente comparáveis aos

transferência de renda no Brasil, o qual chegou a um público extenso com um valor de benefício relativamente grande. O Auxílio Emergencial (AE) alcançou mais de 66 milhões de pessoas físicas, proporcionando até R\$ 4.200 aos beneficiários no ano⁴. Para as famílias no quintil inferior da distribuição de renda do país, isso foi equivalente a um aumento de mais de 50% de suas rendas observadas em 2019. Ao que indicam os dados, o AE mais do que compensou esses domicílios pelas perdas sofridas em razão das crises econômicas e de saúde causadas pela pandemia.

Os indicadores de segurança alimentar para o período contam uma história diferente. A parcela de domicílios que sofreram com insegurança alimentar (IA) grave e moderada no Brasil aumentou entre 2019 e 2020. Em 2020, cerca de 8% das famílias sofreram com grave IA e pouco menos de 25% sofreram com IA moderada, em comparação com cerca de 2% e 18% em 2019, respectivamente, de acordo com a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO).⁵ A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) também constatou que a insegurança alimentar havia aumentado: 9,0% da população sofreu IA grave e 11,5% sofreram IA moderada (PENSSAN 2021), em contraste com 5,8% e 10,1%, respectivamente, em 2018.⁶

Apesar desse aparente paradoxo, estas conclusões refletem diferentes aspectos afetando o bem-estar dos brasileiros. As estimativas de pobreza são baseadas em estimativas anualizadas de renda laboral e não laboral⁷. Embora a pandemia tenha afetado os rendimentos no início do ano, o lançamento do Auxílio Emergencial em abril de 2020 aumentou substancialmente os rendimentos das famílias de baixa renda, elevando os seus rendimentos anuais estimados acima da linha da pobreza. Apesar desse sucesso, a pobreza - medida como um nível de privação de longo prazo - ainda era uma realidade para quase 13% dos brasileiros em 2020. Em contraste, as estimativas de IA são baseadas na ocorrência de um evento durante um determinado período. Nas estimativas da FAO, este é geralmente um período de 12 meses (FAO 2021). Se as famílias forem duramente atingidas e se tornarem inseguras em relação à alimentação durante uma semana no início do ano, poderão ser consideradas inseguras, independentemente da sua posição de segurança alimentar mais tarde. O exemplo a seguir fornece uma ilustração:

Pense em um domicílio com uma única pessoa, a qual trabalhava sem carteira assinada e perdeu o emprego em março de 2020, início da pandemia. Ela pode ter passado fome por alguns dias, fazendo com que pudesse ser sinalizada como severamente insegura em relação à alimentação se entrevistada durante qualquer momento no período de doze meses após esses dias de fome. Em abril de 2020, ela terá recebido o AE que vai durar pelos próximos nove meses, fazendo com que ela atenda às suas necessidades

dados de 2019 (a PNAD-COVID19 tem um questionário e objetivo diferentes). Vide IBGE (2020c) e Lara Ibarra, Rubiao e Paffhausen, 2021.

⁴ Mães solteiras podiam receber até o dobro de benefícios.

⁵ As estimativas oficiais não foram publicadas. As estimativas foram obtidas da FAO em uma apresentação durante o painel “The Gradual Rise and Rapid Decline of the Middle Class in Latin America and the Caribbean”, organizado pelo Centro de Desenvolvimento Global e pelo Banco Mundial em 24 de junho de 2021. O perfil do país da FAOSTAT disponibiliza apenas uma média trienal, na qual a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave aumentou de 20,6% em 2017-19 para 23,5% em 2018-20. <https://www.fao.org/faostat/en/#country/21>.

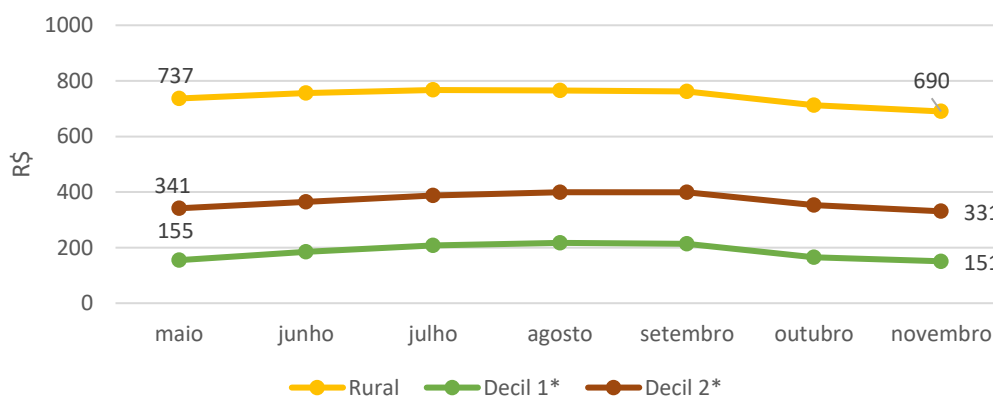
⁶ As estatísticas do PENSSAN 2018 são provenientes do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre orçamentos familiares (Pesquisa de Gastos do Consumidor; POF 2018 (ver PENSSAN 2021 e IBGE 2020a).

⁷ O rendimento domiciliar per capita derivado da PNAD Contínua se baseia em quanto as pessoas recebiam normalmente no trabalho mais no que receberam efetivamente no mês de referência da entrevista. Se o indivíduo foi entrevistado em um mês em que recebeu uma parcela de R\$600 do AE, será considerado como se tivesse tido essa renda por todo o ano. Em 5 meses do ano foram pagos benefícios de R\$600, em 4 foram R\$300. O Banco Mundial tem uma metodologia própria para tratamento dos dados, que inclusive contou com uma imputação do Auxílio Emergencial em 2020 (Lara Ibarra e Campante Vale, 2022), mas que também anualiza os rendimentos.

nutricionais pelo resto do ano. Ainda assim, isso não vai afetar a sinalização de insegurança alimentar, devido às perguntas que geram esse indicador (ver Apêndice). Quando sua renda total é contabilizada, não é provável que ela seja considerada pobre, dada a generosidade do benefício emergencial que sucedeu os dias sem trabalho.

Os indicadores de segurança alimentar podem refletir melhor a volatilidade do consumo das famílias.⁸ Nos resultados da PENSSAN, o período relevante para a medição da IA foi outubro-dezembro de 2020 (ver apêndice). Nesse período, o mercado de trabalho brasileiro ainda estava abaixo dos níveis pré-pandemia. Esse também foi o período em que os benefícios de AE diminuíram pela metade (para R\$ 300 por mês). Notavelmente, a amostra da PENSSAN é mais pobre do que a população brasileira em geral. A amostra do PENSSAN tinha 43,3% de seus domicílios vivendo abaixo da metade do salário-mínimo per capita declarado em dezembro de 2020, enquanto os dados de 2019 sugerem que cerca de 24,4% dos domicílios do Brasil viviam abaixo dessa linha.⁹ Pode ser que as mudanças na IA capturadas pela PENSSAN reflitam uma certa deterioração dentro da população já relativamente pobre em suas estimativas. Na verdade, achamos evidências sugestivas disso. Dados da pesquisa PNAD-COVID19 (realizada todos os meses entre maio e novembro) sugerem que alguns dos domicílios na parte inferior da distribuição de renda do país viram seus rendimentos estagnarem e até diminuir ligeiramente no segundo semestre de 2020. As famílias rurais são um exemplo (ver figura 1). Dentro deste grupo tradicionalmente pobre, a insegurança alimentar pode ter aumentado. Ainda mais, no contexto em que a inflação de alimentos estava em pouco mais de 14% em 12 meses (IBGE).

Figura 1. Renda familiar per capita média em grupos selecionados, 2019



Fonte: Cálculos do Banco Mundial usando dados da pesquisa PNAD-COVID19.

Nota: * A pesquisa não é totalmente representativa desses grupos. Estimativas apresentadas em R\$ (preços de julho de 2020)

Notavelmente, os resultados de pobreza e insegurança alimentar em 2020 destacam a importância do monitoramento de múltiplos indicadores para entender como os países estão se desenvolvendo. Não é surpreendente que diferentes dimensões sejam contempladas como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A pobreza é medida como parte do ODS 1 por meio de uma razão entre o número de pessoas abaixo da linha de pobreza e a população total, com os US\$ 1,90 (em Paridade do Poder de Compra - PPC 2011) por pessoa por dia sendo utilizados como linha de referência. A insegurança alimentar é a base do ODS 3. A necessidade de considerar ambas medidas é

⁸ Essa volatilidade também pode ser interpretada como evidência de restrições de crédito entre as pessoas mais pobres.

⁹ Estimativas próprias utilizando dados da PNAD-Contínua (IBGE 2020b).

esclarecida quando os dados indicam que um grupo familiar pode ter experimentado insegurança alimentar, mesmo que não estivesse sendo considerado em situação de pobreza monetária.

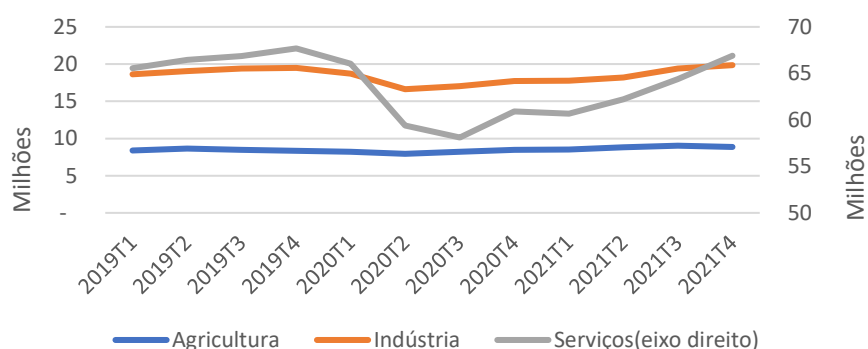
O que aconteceu durante a recuperação econômica de 2021?

Em 2021, a economia brasileira se recuperou, crescendo 4,6%, incluindo os setores de indústria e serviços (4,5% e 4,7%, respectivamente). Essa recuperação basicamente levou o PIB de volta aos níveis pré-pandemia. Apesar disso, a recuperação do mercado de trabalho permaneceu lenta. A participação na força de trabalho teve média de 61,3% durante o ano, a taxa de desemprego teve média de 13,2% e o nível de emprego da população em idade ativa teve média de 53,2%.¹⁰ Todos esses indicadores mostram um mercado de trabalho com desempenho pior do que as respectivas médias de 2019.

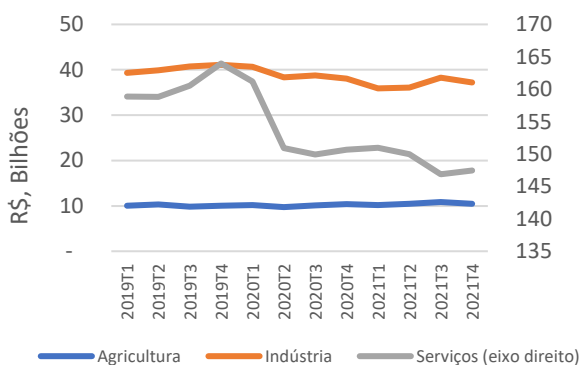
Neste contexto, o governo introduziu importantes alterações na sua resposta de emergência. Em suma, o programa de AE foi reduzido (através de uma combinação de regras de elegibilidade e sistemas de monitoramento aprimorados para impedir erros de inclusão e possibilitar ajustes orçamentários) em termos de cobertura e de benefícios. Em 2021, o AE prestou assistência a 39,4 milhões de indivíduos, com benefícios equivalentes a R\$ 250 por domicílio.¹¹ O programa foi implementado entre abril e outubro de 2021. Em novembro de 2021, o Programa de Auxílio Emergencial expirou e o governo voltou a fornecer benefícios a cerca de 14,5 milhões de famílias por meio do Auxílio Brasil (programa que substituiu o antigo Bolsa Família).

Figura 2. Indicadores selecionados do mercado de trabalho 2019–21, por setor econômico

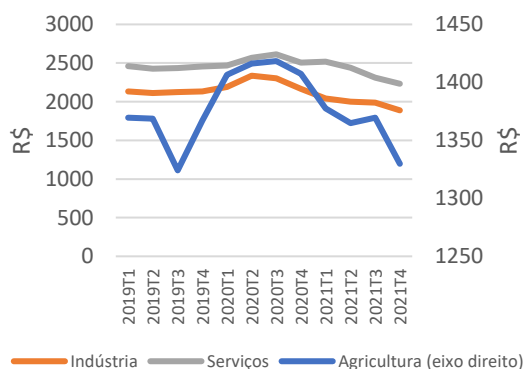
a. Emprego



b. Massa salarial real



c. Salário médio real



¹⁰ Em 21 de março de 2022, o IBGE não havia divulgado os microdados anuais de 2021. As estatísticas anuais foram baseadas em médias simples dos dados trimestrais.

¹¹ Havia um adicional de R\$ 125 para mulheres chefes de famílias monoparentais.

Fonte: Cálculos do Banco Mundial utilizando dados da pesquisa PNAD-COVID19.

Nota: Os salários são apresentados a preços de julho de 2019.

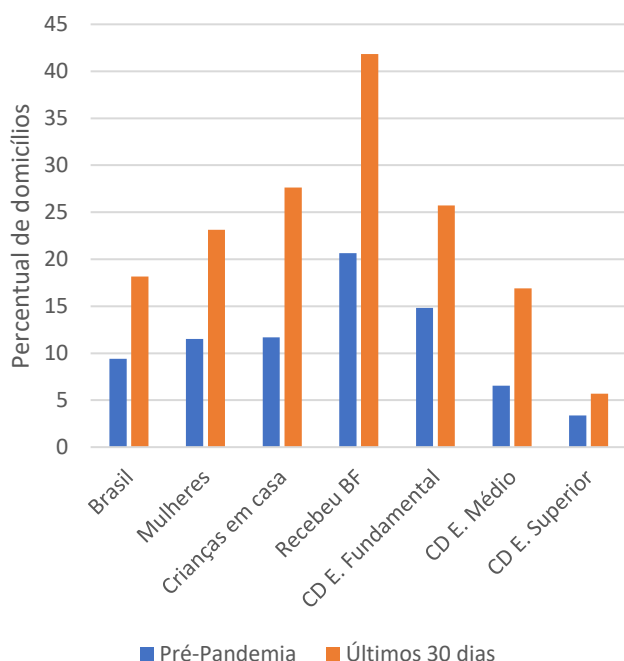
A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Brasileiro (IPCA) acumulou uma variação de 15,0% de janeiro de 2020 a dezembro de 2021, mas os preços de alimentos e bebidas aumentaram 23,1% e o índice de preços para alimentos consumidos em casa aumentou em 27,9%.¹² Em contraste, o salário médio variou 5,2% nominalmente entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2021.

Tomados em conjunto, esses fatores econômicos podem ter levado a uma deterioração do bem-estar das famílias em 2021. As projeções de pobreza sugerem que o número de pessoas que vivem abaixo de US\$ 5,50 por dia (2011, PPC) voltou para 18,7% da população após a queda acentuada em 2020. Notavelmente, o AE - apesar de sua cobertura reduzida - foi capaz (novamente) de amortecer o aumento da pobreza. Em um cenário hipotético em que o programa de AE tivesse continuado com os mesmos parâmetros de 2020, os resultados sugerem que a pobreza teria sido maior do que em 2020 (13,4%). Uma interpretação é que, apesar da aparente recuperação dos empregos em 2021, isso não foi acompanhado por aumentos nos salários reais e, portanto, a renda real das famílias foi menor.

Evidências de uma pesquisa domiciliar por telefone encomendada pelo Banco Mundial também indicam que a insegurança alimentar aumentou. A proporção de famílias entrevistadas que ficaram sem comida por falta de dinheiro ou outros recursos foi de cerca de 18%. Esta é aproximadamente o dobro da taxa de famílias que se lembraram de ter sofrido este tipo de episódio antes do surto da pandemia. Os grupos familiares que já se encontravam em situação de vulnerabilidade antes da pandemia foram mais duramente atingidos. A insegurança alimentar foi maior entre os domicílios chefiados por mulheres, naqueles com crianças menores de 5 anos ou em que o chefe possuía apenas ensino fundamental. Os dados da pesquisa também sugerem que, entre as famílias que costumavam receber apoio o Bolsa Família, a proporção que relatou ter ficado sem alimentos aumentou de 20% antes da pandemia para 40% durante a pandemia, contrastando com 9,4 e 18,2% da população geral nos mesmos períodos, respectivamente. Outras medidas de insegurança alimentar mais moderada também ficaram relativamente altas entre os domicílios na parte inferior da distribuição.

¹² O índice de alimentos consumidos em casa é calculado pelo IBGE como “Alimentação no domicílio” e visa refletir o preço dos alimentos especificamente cozidos ou consumidos em casa.

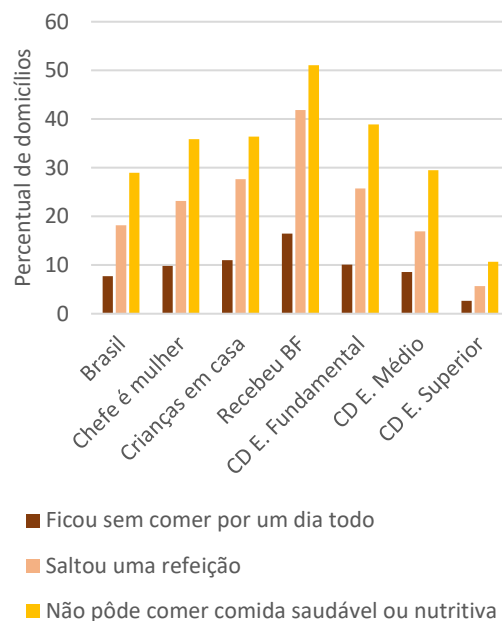
Figura 3. Segurança alimentar antes da pandemia e em meados de 2021, por grupo populacional



Fonte: Pesquisa Telefônica Brasil.

Nota: As crianças presentes referem-se a um ou mais membros do grupo familiar sendo crianças menores de cinco anos; as variáveis com o prefixo CD referem-se ao maior nível de escolaridade do chefe do domicílio. A segurança alimentar é definida como a parcela de domicílios que relatou ter ficado sem alimentos nos últimos 30 dias devido à falta de recursos. BF = Bolsa Família.

Figura 4. Segurança alimentar em meados de 2021, por grupo populacional



Fonte: Pesquisa Telefônica Brasil.

Nota: As crianças presentes referem-se a um ou mais membros do grupo familiar sendo crianças menores de cinco anos; as variáveis com o prefixo CD referem-se ao maior nível de escolaridade do chefe do grupo familiar.

O que vem a seguir?

O ano de 2022 era esperado como aquele que traria alguns resultados positivos devido ao melhor controle da pandemia e ao aumento da flexibilidade das medidas de distanciamento social. Somente ao final de 2021, o nível de emprego superou os números de 2019 em um trimestre, pela primeira vez desde o início da pandemia. No entanto, a guerra na Europa Oriental a partir de fevereiro de 2022 afetou as cadeias de suprimentos internacionais e impulsionou as expectativas inflacionárias. O ambiente de negócios brasileiro foi particularmente afetado pelo choque global negativo, que aumentou as incertezas decorrentes de um ano eleitoral e a possibilidade persistente de um novo surto de casos de COVID-19.

A Rússia é um dos principais fornecedores de petróleo do mundo, e a escassez da *commodity* nos mercados globais veio em consequência de sua invasão à Ucrânia. Como resultado, o aumento dos custos do diesel e outros derivados de petróleo levou a um aumento generalizado dos custos na economia brasileira e particularmente na produção agrícola.¹³ Em 18 de março, o Banco Central apresentou expectativas inflacionárias de mercado subindo de 5,6 para 6,6%. Já foram anunciados aumentos dos combustíveis e do gás butano. Os preços dos combustíveis ao consumidor subiram cerca de 33% e o gás

¹³ Os preços dos fertilizantes utilizados na produção agrícola também devem subir significativamente. O Brasil importa 85 por cento dos fertilizantes utilizados internamente; cerca de um quarto vem da Rússia. Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos, <http://anda.org.br/>.

butano 35%, em uma comparação interanual na primeira semana de março de 2022. Espera-se que os aumentos nos preços dos combustíveis afetem as famílias em toda a distribuição de renda, desde os 37% das famílias que possuem um carro ou uma motocicleta no decil inferior da distribuição de renda, até os 82% correspondentes no decil superior.¹⁴ Um aumento nos preços do diesel também pode levar ao aumento dos custos no transporte público, que é usado por mais de 25% da população, bem como ao aumento dos custos no transporte de mercadorias em todo o país. Os impactos indiretos do aumento dos custos de transporte sobre os produtos alimentícios têm pesos diferentes sobre as famílias de baixa e alta renda. Estimativas de uma matriz de insumo-produto de 2015 sugerem que o transporte sozinho pode representar mais de 7% dos preços dos alimentos. Enquanto isso, as despesas com alimentos entre os 10% mais pobres podem representar cerca de 26% do consumo total das famílias (Lara Ibarra, Macedo e Fleury 2021). Da mesma forma, os aumentos nos custos do gás butano podem afetar particularmente as famílias de baixa renda. De acordo com dados de 2017/18, as despesas com gás butano, por si só, totalizaram 1,6% das despesas monetárias gerais das famílias.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central vem elevando sua taxa de juros básica sequencialmente desde março de 2021, totalizando uma elevação de 9 pontos percentuais um ano depois, atingindo 11,75%. A política monetária restritiva tende a contribuir para a redução dos investimentos e do crescimento. Olhando as perspectivas a partir do primeiro trimestre de 2022, o crescimento real do PIB projetado para o ano é de 0,7%. Os setores da indústria e dos serviços podem crescer 0,3 e 0,6%, respectivamente. É provável que o crescimento (real) lento seja acompanhado por pequenas oscilações no mercado de trabalho. Em consequência, as condições de emprego podem se deteriorar mais, fazendo com que a pobreza e a insegurança alimentar se agravem. Prevê-se que a taxa de pobreza seja 18,8%. Além disso, estas projeções baseiam-se numa taxa de inflação de 8,5%. Caso a inflação continue a subir e atinja o mesmo nível de 2021, a pobreza em 2022 pode subir para 19,2%, implicando cerca de 0,9 milhão a mais de indivíduos na pobreza do que a estimativa atual.

Os responsáveis pelas políticas públicas têm de estar atentos à segurança alimentar dos mais vulneráveis. O aumento da cobertura do Auxílio Brasil de 14,5 milhões para 18 milhões de famílias e um piso ampliado de R\$ 400 ao longo do ano são medidas bem-vindas que apoiarão o bem-estar das famílias em um contexto de crescimento lento. No entanto, o apoio pode não ser suficiente em face a uma erosão acelerada do poder de compra. Ações que possam fomentar o dinamismo do mercado de trabalho, bem como fornecer fortes incentivos para que os indivíduos (especialmente as mulheres) voltem à força de trabalho, serão fundamentais para fornecer um caminho sustentável para o desenvolvimento econômico entre os mais necessitados.

¹⁴ Conforme dados da POF 2017/18.

Referências

- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2021. *Food Insecurity Experience Scale (FIES): Brazil, 2020–2021 Food Security*. FAO Statistics Division. <https://microdata.fao.org/index.php/catalog/1978/study-description>.
- Folha de S.Paulo. 2021. *Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década*. January 30. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia, Estatística). 2020a. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/18*. Brasil. Rio de Janeiro-RJ.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2020b. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2020c. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios—PNAD COVID19*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2021. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=29835&t=resultados>.
- Indio, Cristina. 2020. *Faixa de extrema pobreza é a menor em 40 anos no Brasil*. AgênciaBrasil, July 28. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/taxa-de-extrema-pobreza-e-menor-em-40-anos-no-brasil>.
- Lara Ibarra, Gabriel, Rubiao, Rafael Macedo; Paffhausen, Anna Luisa. 2021. *Welfare and Poverty in Brazil. A Look at Available Instruments for 2020*. Unpublished report. World Bank, Washington, DC.
- Ministério da Cidadania. 2021. *Perfil dos Beneficiários do Auxílio Emergencial Pela COVID-19: Quem são e onde estão?* De Olho Na Cidadania, Governo do Brasil, Brasília. https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidadania_3_2202.pdf.
- Lara Ibarra, Gabriel; Rubiao, Rafael Macedo; Fleury, Eduardo. 2021. *Indirect Tax Incidence in Brazil : Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms*. Policy Research Working Paper; No. 9891. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36783>. License: CC BY 3.0 IGO.
- Lara Ibarra, Gabriel; Campante Cardoso Vale, Ricardo. *Brazil 2020 Data Update: Methodological Adjustments to the World Bank's Poverty and Inequality Estimates* (English). Global Poverty Monitoring Technical Note; no. 21 Washington, D.C. : World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099815204132219104/IDU0cdb267100a24104a010b1ab03dd511e0d135>
- PENSSAN. 2021. *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. <http://olheparaafome.com.br/>.
- World Bank. 2021a. *The Gradual Rise and Rapid Decline of the Middle Class in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35834>.

World Bank. 2021b. *Macro Poverty Outlook Brazil*. Washington, DC: World Bank.

<https://pubdocs.worldbank.org/en/114751582655277329/mpo-bra.pdf>.

World Bank. 2022. *Macro Poverty Outlook Brazil*. April 2022 Washington, DC: World Bank.

Apêndice. Questões utilizadas pela FAO e pela PENSSAN como contribuição para o cálculo das estimativas de IA

As questões utilizadas para estimar a insegurança alimentar na FAO (2021) foram as seguintes:

Durante os últimos 12 meses, houve alguma vez em que, por falta de dinheiro ou outros recursos:

- 1. Você estava preocupado por não ter comida suficiente para comer?*
- 2. Você não conseguiu comer alimentos saudáveis e nutritivos?*
- 3. Você comeu apenas alguns tipos de alimentos?*
- 4. Você teve que saltar uma refeição?*
- 5. Você comeu menos do que achava que deveria?*
- 6. A sua casa ficou sem comida?*
- 7. Você estava com fome, mas não comeu?*
- 8. Você passou um dia inteiro sem comer?*

A FAO usa um modelo Rasch em relação às pontuações brutas para classificar a probabilidade de ser (1) seguro para alimentos ou levemente inseguro para alimentos, (2) moderadamente ou severamente inseguro para alimentos e (3) severamente inseguro para alimentos.

As questões utilizadas pela PENSSAN (2021) para mensurar a insegurança alimentar foram as seguintes:

Nos últimos três meses...

- 1. Os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?*
- 2. Os alimentos acabaram antes de que tivessem dinheiro para comprar mais comida?*
- 3. Os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?*
- 4. Os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?*
- 5. Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?*
- 6. Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos de que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?*
- 7. Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?*
- 8. Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?*

A PENSSAN utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA marca um ponto para cada resposta afirmativa. Os escores totais determinam a classificação do nível de insegurança alimentar. As classes da escala são *Segurança Alimentar* = 0 pontos; *Insegurança Alimentar Leve* = 1–3 pontos; *Insegurança Alimentar Moderada* = 4–5 pontos; e *Insegurança Alimentar Grave* = 6–8 pontos.